

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**HOSANA GOMES DA SILVA**

**ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA DE MUÇUMAGRO:  
VULNERABILIDADES E INCLUSÃO SOCIAL**

**JOÃO PESSOA**  
2024

**HOSANA GOMES DA SILVA**

**ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA DE MUÇUMAGRO:  
VULNERABILIDADES E INCLUSÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de  
Arquivologia da UFPB para a obtenção do grau de Bacharelado.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. Carla Maria de Almeida

**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

**Orientadora**

Prof. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula

**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

**Membro interno**

Prof. Me. Jeferson Higino da Silva

**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

**Membro interno**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586a Silva, Hosana Gomes da.

Arquivo da associação comunitária agrícola de  
Muçumagro: vulnerabilidades e inclusão social / Hosana  
Gomes da Silva. - João Pessoa, 2025.  
21 f.

Orientação: Carla Maria de Almeida.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivologia. 2. Associação Comunitária Agrícola  
de Muçumagro- ACAM. 3. Arquivos comunitários. I.  
Almeida, Carla Maria de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

FOLHA Nº 5 / 2024 - CCSA - CARQ. (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.042682/2024-04

João Pessoa-PB, 27 de Maio de 2024

**FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

HOSANA GOMES DA SILVA

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA DE MUÇUMAGRO: vulnerabilidades e inclusão social

Artigo apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 16 de maio de 2024

Resultado: APROVADO

**BANCA EXAMINADORA:**

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Profa. Dra. Carla Maria de Almeida (orientadora) e Profa. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula e Me. Jefferson Higinio da Silva (membros).

(Assinado digitalmente em 27/05/2024 20:44 )  
ANA CLÁUDIA CRUZ CÓRDULA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1272602

(Assinado digitalmente em 28/05/2024 11:02 )  
CARLA MARIA DE ALMEIDA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1089747

(Assinado digitalmente em 27/05/2024 16:10 )  
JEFFERSON HIGINO DA SILVA  
TECNICO EM ARQUIVO  
Matrícula: 1154909

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2024**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **27/05/2024** e o código de verificação: **de196f1a3d**



## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais Manoel da Silva e Maria Lúcia Gomes da Silva. À minha mãe que Deus me presenteou, Adeilde Pereira da Silva Sobral. Agradeço a minha irmã Luciana Gomes da Silva que tanto torceu por esta vitória em minha vida.

Aos meus filhos Caio Cézar, Carlos Alberto, Cybelle Victória e Jorge Héctor. À minha nora, pessoa muito especial na minha vida Sthefany Kristinne de Melo. Ao meu esposo Fabiano, que tanto foi solidário nos afazeres domésticos. A Rômulo Batista e a Otávio do Cartório Vieira Batista que me ajudaram na documentação para inscrição do SISU.

Às minhas amigas de trabalho Jane Kelly Barbosa, Jocelma Medeiros, Ivânia Machado, Marta Jaciara, Marinalva dos Santos, Maria José (Mary), Maria do Carmo e Josinaldo Machado.

Aos colegas do curso de Arquivologia que marcaram minha vida acadêmica Rayane Félix, Maria Helena Matos, Renata Kelly, Neydjane Barbosa e Emanuel Guedes.

À professora Carla Maria de Almeida pela paciência comigo durante a orientação no meu TCC. À professora Ana Cláudia Cruz Córdula e ao professor Jeferson Higino por aceitarem o convite de fazer parte da banca examinadora.

A todos, desejo que Deus os abençoe.

## **ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA DE MUÇUMAGRO: VULNERABILIDADES E INCLUSÃO SOCIAL**

### ***MUÇUMAGRO AGRICULTURAL COMMUNITY ASSOCIATION ARCHIVE: VULNERABILITIES AND SOCIAL INCLUSION***

**Hosana Gomes da Silva**

#### **RESUMO**

A Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro localiza-se no bairro de Muçumagro, situado na Zona Sul de João Pessoa, PB. Trata-se de um dos poucos aparelhos sociais existentes na comunidade, marcada pela vulnerabilidade social e carência de instituições públicas, o que torna a Associação um espaço central de apoio e organização local. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivos específicos, apresentar o bairro de Muçumagro, a Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro e seu arquivo, identificando os documentos que o compõem e, apresentar a estrutura organizacional da ACAM. O estudo fundamenta-se em propostas críticas voltadas aos arquivos comunitários, adotando a observação direta, a análise documental e a pesquisa bibliográfica como métodos de investigação. Foram observadas a gestão da Associação, sua atuação social e os recursos que a mantêm ativa, baseados sobretudo no capital humano e no capital social. Essas ações visam facilitar a tramitação, a busca, a preservação e o uso da documentação, assegurando tanto sua função administrativa atual quanto sua relevância futura como memória da instituição e do bairro de Muçumagro.

**Palavras-chave:** Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro; Arquivologia; arquivos comunitários; organização documental.

#### **ABSTRACT**

The Muçumagro Agricultural Community Association is located in the Muçumagro neighborhood, in the southern part of João Pessoa, PB. It is one of the few social institutions in the community, which is marked by social vulnerability and a lack of public institutions, making the Association a central space for local support and organization. Given this scenario, this research has the specific objectives of presenting the Muçumagro neighborhood, the Muçumagro Agricultural Community Association and its archive, identifying the documents that comprise it, and proposing a draft framework. The study is based on critical proposals focused on community archives, adopting direct observation, documentary analysis, and bibliographic research as methods of investigation. The management of the Association, its social activities, and the resources that keep it active were observed, based mainly on human and social capital. These actions aim to facilitate the processing, search, preservation, and use of documentation, ensuring both its current administrative function and its future relevance as a memory of the institution and the Muçumagro neighborhood.

**Keywords:** Agricultural Community Association of Muçumagro, Archival science; community archives; document organization;

## 1 INTRODUÇÃO

No campo da Arquivologia, os arquivos comunitários são compreendidos a partir de discussões críticas que os definem como espaços de preservação da memória coletiva, marcados pela autonomia da própria comunidade que os produz. É pertinente iniciar a abordagem trazendo o conceito de arquivos comunitários, uma vez que eles se configuram como patrimônios de uma sociedade organizada e devem ser reconhecidos como instrumentos de luta e inclusão. Nesse sentido, os fundadores de arquivos comunitários são responsáveis por criar, armazenar e conservar documentos que registram suas histórias e impactam socialmente o coletivo. Diferentemente de arquivos institucionais tradicionais, não há grandes recursos ou interesses macroestruturais envolvidos: trata-se de práticas comunitárias que buscam coletar, preservar e tornar acessíveis documentos, fotografias, histórias orais e outros materiais que documentam a trajetória de determinados grupos sociais e localidades. Como destacam Gilliland e Flinn (2007), essas iniciativas contribuem de forma inestimável para a preservação de um patrimônio local e nacional mais inclusivo e diversificado.

O arquivo da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM), que será o objeto de estudo deste trabalho, é um instrumento que se relaciona com toda comunidade de Muçumagro, contendo documentos que registram as histórias de luta da comunidade e marginalizada pelo preconceito, desemprego, ausência de instituições públicas, baixa escolaridade, baixa renda, entre outros. O bairro de Muçumagro faz parte da Zona Sul de João Pessoa e foi identificado como um dos oito bairros desta capital em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados dessas lutas chegavam aos poucos de forma positiva e, ao longo dos anos, Muçumagro foi avançando e crescendo em número de domicílios e, hoje, é urbanizado. Isso pelo fato da cidade de João Pessoa só expandir-se em direção à Zona Sul. Desprovido de instituições públicas, Muçumagro conta com o apoio da associação para reivindicar os direitos dos moradores. Conhecendo o valor da associação entre os moradores, resolvi realizar minha pesquisa em seu arquivo. A pesquisa ocorreu de caráter exploratória, qualitativa e empírica. Observei que apesar de ser uma instituição com 36 (trinta e seis) anos de existência, sua documentação não é tão volumosa. Todavia, o que existe, a um olhar arquivístico, sugere-se

uma organização imediata, pois todas as tipologias encontravam-se misturadas em pastas diversas sem identificação nenhuma.

Como preservar a história da instituição, tornar-se referência em novas lutas, organizar os documentos e criar instrumentos de pesquisa, além de manter a associação ativa e representativa para seus moradores — representam diferentes recortes de pesquisa possíveis. No entanto, o presente trabalho concentra-se em um aspecto específico: dar visibilidade à forma como o arquivo da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM) é constituído e organizado. Busca-se, assim, compreender sua importância para a preservação da memória institucional e comunitária, bem como sua relevância como instrumento de luta social e fortalecimento da identidade coletiva.

Diante dessas questões, o objetivo geral deste trabalho é avaliar a documentação produzida e recebida pela ACAM, contribuindo para sua organização e visibilidade como instrumento de preservação da memória comunitária. Para atingir essa finalidade, definem-se como objetivos específicos: apresentar o bairro de Muçumagro a ACAM; e identificar os documentos que compõem o arquivo da instituição, de modo a subsidiar propostas de organização arquivística e; apresentar a estrutura organizacional da ACAM.

Este trabalho intenciona contribuir para a visibilidade do arquivo comunitário da ACAM, reconhecendo-o não apenas como uma importante fonte histórica da comunidade, mas também como um acervo que possibilita inferências sobre o futuro, a partir da memória que preserva. A análise do arquivo evidencia a necessidade de um alinhamento arquivístico, voltado à compreensão de sua formação, de sua organização e da relação intrínseca entre os documentos e as atividades da associação.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os Arquivos Comunitários podem, à primeira vista, parecer construções "radicais" por expandirem os arquivos para além dos tradicionais. No entanto, essa expansão não visa excluir as bases teórico-metodológicas que conferem identidade ao campo da Arquivologia; trata-se de um convite para agregar outros arquivos produzidos por indivíduos, grupos e setores sociais.

Entender esses arquivos busca avançar, mas é necessário seguir a condução alertada na pesquisa de Tognoli e Rocha (2021). Eles enfatizam que as discussões sobre a temática e o ativismo arquivístico devem prosseguir sem perder de vista a natureza do documento

arquivístico. Os autores, ao examinarem a interseção entre justiça social e Arquivologia, observam que os arquivos de grupos excluídos dos acervos das instituições consideradas "dominantes" estão dentro relação.

Assim, diante dessa perspectiva, observa-se os arquivos num escopo de reconhecimento e reparação, apoiando processos de justiça e reconciliação, reexame das bases teóricas e conceitos dentro do campo, e a revisão dos valores éticos do arquivista, além da aproximação com teorias críticas, observam os autores.

Esse reexame vem sendo realizado com aproximações da teoria crítica e discussões de autores pós-modernos. Nota-se que Arquivologia priorizou os documentos de Estado e de governo. Durante a Revolução Francesa (1789), houve mudanças, assim como com a ascensão dos documentos eletrônicos em 1980, o que estimulou a revisão dos pressupostos da área (Schmidt, 2012). Isto é, os arquivos junto a esses marcos revelam relações ligadas à sua época, com as quais o campo científico vai se ajustando.

Cook (2013) faz análise, em um pensamento ainda em desenvolvimento, a formação de um novo “paradigma” chamado “Comunidade”. Para ele, com a internet, as pessoas encontraram espaço para criar, editar e promover ambientes autônomos em diferentes grupos, com registros que os identifiquem, representem e reforcem a identidade ligada à sua cultura e à sua história. Documentos que comprovam, complementam ou contradizem evidências oficiais.

Neste novo contorno, os indivíduos tornam-se autônomos nas decisões do acervo, construídos pela colaboração de diferentes profissionais. Pode-se dizer que os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 intensificaram a produção e experiências comunitárias (Flinn, 2007). Depois disso, desafios em torno da definição e propósito, o reconhecimento nos estudos acadêmicos e relações com a Arquivologia, métodos e desenvolvimento e os impactos vêm crescendo.

Assim, os arquivos comunitários estão ligados aos movimentos sociais, relações que se aproximam às associações comunitárias de bairros. Segundo Duarte (2017), no contexto das associações de moradores, a formalização, como as conhecemos hoje, ganhou força a partir da segunda metade da década de 1970, ocorrendo uma retomada da mobilização em bairros.

Para os autores, o objetivo de uma associação de bairro é criar um ambiente mais seguro e justo para todos os seus moradores, através da mobilização comunitária e da atuação colaborativa com diversas entidades e autoridades. Relações que encontramos com o que destaca Flinn (2009), a qual aponta uma comunidade como a constituição de qualquer grupo

de pessoas que se reúne e se identifica como tal. O Arquivo Comunitário, por sua vez, para o autor, seria o resultado das atividades desse grupo, sendo um projeto seu, “...histórias comunitárias ou arquivos comunitários são atividades básicas de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário, nas quais a participação, o controle e a apropriação pela comunidade no projeto são essenciais” (Flinn 2007, p. 153).

Portanto, a partir do exposto, percebe-se que esses movimentos incentivam os arquivistas a explorar novos espaços e colaborar com outros profissionais, promovendo a formação de arquivos em diferentes contextos, impulsionados pela autonomia e motivação das próprias pessoas envolvidas. Agora, com a comunidade definindo, se autodenominando, criando as suas direções e suas perspectivas.

A exemplo dessas comunidades, observamos aqui as associações comunitárias, que, ao produzirem e organizarem seus próprios arquivos assume papel decisivo na preservação da memória local e na promoção da inclusão social. Desde os primeiros registros sociais, os documentos têm servido para assegurar a continuidade das atividades humanas e o fortalecimento dos vínculos coletivos (PAES, 2004). Essa função se intensifica em ambientes comunitários, nos quais os arquivos se tornam não apenas repositórios de documentos, mas também instrumentos de mobilização e luta social.

Ao dar visibilidade às lutas e conquistas das comunidades, os arquivos de associações comunitárias ampliam a representatividade de grupos que historicamente enfrentam processos de exclusão. A prática arquivística, nesse contexto, adquire caráter participativo, transformando o arquivo em espaço de construção coletiva e de reconhecimento social (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017). Dessa forma, o arquivo comunitário associado a instituições locais reafirma sua relevância como fonte histórica e, sobretudo, como ferramenta de inclusão e fortalecimento da cidadania.

### **3 MUÇUMAGRO E SUA ASSOCIAÇÃO**

O bairro de Muçumagro situa-se na zona sul de João Pessoa, fazendo divisa com Paratibe, Gramame, Valentina e a Praia do Sol, com vias de referência como a PB-008, a rua Domingos José da Paixão e a avenida Carlos Neves da França. Narrativas orais de moradores recuperadas em pesquisa de campo apontam a presença indígena (tribo Tabajara) nas origens da localidade e explicações populares para a denominação — por exemplo, a associação ao peixe *mussu* do rio Gramame e relatos sobre famílias que ocuparam e cederam terras à

comunidade — elementos que foram validados localmente, mas que não aparecem de forma documentada em fontes públicas consultadas.

Outra narrativa associa o nome à família de Domingos José da Paixão, antiga proprietária de terras na região, que cedeu terrenos para a construção de equipamentos comunitários, conforme narram os moradores da região. Houve ainda versões populares que vinculavam o topônimo a um suposto “Monsenhor Magno”, hipótese não confirmada pela Igreja Católica. Atualmente, o nome Muçumagro encontra-se oficializado em registros dos Correios e Telégrafos.

Em termos socioespaciais, o bairro tem sido caracterizado por processos de expansão urbana vinculada à produção imobiliária na zona sul de João Pessoa, situação que não tem sido acompanhada por políticas públicas adequadas, resultando em déficits de infraestrutura e serviços. Estudos sobre vulnerabilidade socioeconômica identificam Muçumagro entre áreas com indicadores de alta a muito alta vulnerabilidade, relacionados a condições domiciliares, renda, escolaridade e precariedade de serviços (Maior; Cândido, 2014).

Muçumagro é um bairro marcado por desigualdades sociais que se manifestam em diferentes dimensões, como raça, gênero, classe, escolaridade, religião e cultura. Sua proximidade com o quilombo de Paratibe influencia a composição étnica local, majoritariamente de pretos e pardos. Apesar do crescimento populacional impulsionado pela expansão imobiliária, o território ainda carece de equipamentos públicos básicos: não dispõe de escolas municipais, creches, posto de saúde, delegacia ou áreas de lazer, contando apenas com duas escolas estaduais que não atendem à demanda.

O bairro de Muçumagro tem destaque por seu rápido crescimento devido grande especulação imobiliária. Em estudo realizado por Maior e Cândido (2014) mostra que o bairro apresentou indicadores de vulnerabilidades socioeconômica, se inserindo dentre “[...] bairros que ainda apresentam características rurais que acomodam uma população com poucos recursos financeiros e precárias condições de infraestrutura urbana, educacional, de saúde lazer” (Maior; Cândido, 2014, p. 84)

O bairro de Muçumagro apresentou 13 indicadores, sendo 8 com muita alta vulnerabilidade e 5 com alta vulnerabilidade. Os principais aspectos que vulnerabilizam a população, neste bairro referem-se as condições domiciliares-domicílios cedidos e domicílios sem rede de esgoto; a situação dos chefes de família-renda, faixa etária e educação, não apresentando a situação de gênero, ou seja, as famílias são chefiadas por homens; a situação de dependentes na família; aos rendimentos da família; e a situação educacional familiar; aos



rendimentos da família; e a situação ocupacional de seus membros (Cândido; Souto Maior, 2014, p.84)

Muçumagro dispõe de poucos aparelhos sociais em seu território, dentre eles a ACAM, a qual vem desenvolvendo ações de controle social no intuito de diminuir as vulnerabilidades do bairro. Faz fronteira com o bairro de Paratibe, que tem registro de comunidade quilombola, encontra-se sempre inserido em ações promovidas por instituições públicas, as quais trazem projetos de inclusão e parcerias em combate às desigualdades raciais e de gênero.

O TRT precisa agir ativamente na seara da inclusão. A comunidade quilombola, mas não só ela, meninos, crianças em geral, mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade, pessoas trans, LGBTQIA+, indígenas, todos esses grupos devem ser prioridade da Justiça do Trabalho (ANDRADE, 2023, apud TRT-13, 2023).

Muçumagro por estar localizado na zona sul da cidade de João Pessoa, é alvo da especulação imobiliária, onde a população cresce sem infraestrutura,

[...] surge a relevância de compreender a lógica geográfica de crescimento e expansão do espaço, bem como estudar as áreas urbanas que vêm sendo transformadas de forma intensa, tal como a porção Sul do território de João Pessoa (Oliveira, 2021, p.16).

O bairro de Muçumagro apresenta expansão territorial onde a especulação imobiliária não cessa e as políticas públicas não chegam. Em tabela apresentada na dissertação de mestrado Oliveira (2021) “Expansão Urbana e Produção imobiliária na Região Sul de João Pessoa- PB/ CCEN/UFPB/ João Pessoa- PB”, pode-se ver o aumento da população nos bairros Valentina, Planalto da Boa Esperança, Muçumagro e Gramame, na tabela a seguir:

**Tabela 1** – Quantidade populacional da Região do Valentina em 2000, 2010 e projeção para 2020

Bairro	População em 2000	População em 2010	População em 2020*
Valentina	22.306	22.453	22.600
Planalto da Boa Esperança	3.318	6.213	9.108
Muçumagro	4.882	6.276	7.070
Gramame	6.288	24.829	37.043

Fonte: Oliveira (2021) a partir de dados do IBGE (2000–2010).

Segundo Oliveira (2021), os dados do ano de 2020 é apenas uma projeção baseada nos dados dos censos 2000-2010.



Observa-se então uma expansão urbana ligada diretamente a um crescimento populacional na região, em uma área que não foi ‘preparada’ para receber esse contingente de pessoas. A partir disso se avoluma problemas estruturais dentro da região, como engarrafamentos, transportes coletivos cheios, buracos no asfalto, ruas sem calçamento, entre outros (Oliveira, 2021, p.52).

A análise do autor reforça que o crescimento de Muçumagro está diretamente vinculado à lógica de especulação imobiliária, mas não acompanhado por investimentos em infraestrutura, o que agrava a vulnerabilidade social já apontada em outros estudos. Essa constatação conecta-se à realidade vivenciada pela comunidade e registrada nos documentos da ACAM, cuja atuação tem sido central para reivindicar melhorias e dar visibilidade às demandas locais.

### **3.1 Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM)**

A Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM) representa um dos principais aparelhos sociais do bairro, desempenhando papel fundamental na mobilização comunitária e na defesa de direitos. A entidade foi formalmente instituída em 1987, quando seu primeiro livro de atas foi registrado no Cartório Toscano de Brito (Cartório Toscano de Brito, 1987), e consolidada juridicamente com estatuto social atualizado em 2017 (Cartório Toscano de Brito, 2017). Ao longo das décadas, a associação ampliou suas atividades e se tornou referência na luta por melhores condições de vida para os moradores de Muçumagro, sobretudo em um contexto de vulnerabilidade social e carência de políticas públicas.

A ACAM está inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 12.720.934/0001-87 (Receita Federal do Brasil, 2024). Inicialmente, sua natureza jurídica estava vinculada ao código “Associação privada” e sua atividade principal à “Seguridade social obrigatória”. Entretanto, as transformações no bairro e o fortalecimento das práticas da associação exigiram adaptações. Em 2024, durante Assembleia Extraordinária convocada por seus gestores, foi deliberada a atualização de informações cadastrais junto à Receita Federal e ao cartório competente (Cartório Toscano De Brito, 2024). Essas alterações contemplaram tanto a mudança de endereço, atualmente localizado na Rua das Cupiúbas, nº 63, em Muçumagro, quanto a redefinição de suas atividades econômicas.

De acordo com o novo enquadramento, a atividade principal da instituição passou a ser classificada como “Atividades de associações de defesa de direitos sociais” (CNAE 9430-8/00), conforme consta no cadastro da Receita Federal (Receita Federal Do Brasil, 2024, n.p.), o que reflete seu papel histórico de organização comunitária e reivindicação de melhorias estruturais. Além disso, foram incluídas atividades secundárias que abrangem um leque diversificado de ações sociais, culturais e educativas, tais como ensino de arte, música e

dança, funcionamento de rádio comunitária, atividades de biblioteca e arquivo, psicologia e fisioterapia, educação técnica e esportiva, entre outras.

Essa atualização institucional demonstra a capacidade de adaptação da associação diante das demandas crescentes da comunidade. Ao oficializar atividades que já vinham sendo desenvolvida de forma prática e cotidiana, a ACAM fortalece sua legitimidade perante órgãos públicos e amplia suas possibilidades de acesso a projetos, parcerias e políticas sociais. Mais do que um procedimento administrativo, trata-se de um reconhecimento do papel social desempenhado pela entidade, que ao longo de décadas tem se constituído como espaço de preservação da memória local, mobilização coletiva e promoção da inclusão.

Assim, a trajetória jurídica e administrativa da ACAM não pode ser dissociada de sua importância histórica e comunitária. O registro em cartório (Cartório Toscano De Brito, 1987; 2024), a inscrição no CNPJ (Receita Federal Do Brasil, 2024) e a atualização das atividades econômicas expressam não apenas uma exigência legal, mas também a consolidação de um projeto social que se confunde com a própria história do bairro de Muçumagro e com a formação de seu acervo documental.

Todas as atividades desenvolvidas pela ACAM são fundamentais no combate às vulnerabilidades e desigualdades sociais. Entre elas, destaca-se a atividade 9101-5/00, referente à biblioteca e arquivo, que ainda se encontra em fase inicial. Nesse contexto, apresento a proposta de um olhar profissional arquivístico para a organização do acervo da instituição, com base em práticas arquivísticas adequadas.

O fato de o arquivo da ACAM ser comunitário permite relacioná-lo às discussões contemporâneas da Arquivologia, especialmente às abordagens críticas que entendem os arquivos como espaços de poder, memória e resistência. Nessa perspectiva:

Os estudos arquivísticos críticos têm como base as teorias de Frankfurt, visando discutir relações dos arquivos com os fenômenos estruturais da sociedade, [...]. Consequentemente, são afetadas as relações com a atuação profissional dos arquivistas, cuja formação deve se pautar, também, em um ensino voltado para a ética e para o cuidado com o outro (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017, p. 4).

A reflexão proposta pelos autores dialoga diretamente com a realidade da ACAM, uma vez que sua documentação expressa tanto as lutas históricas do bairro quanto sua busca por inclusão social. Assim, compreender o arquivo comunitário sob a ótica da Arquivologia crítica significa reconhecê-lo como instrumento que ultrapassa a dimensão técnica da gestão documental e se projeta como prática ética e social, capaz de fortalecer identidades e apoiar novas formas de participação cidadã.

A ACAM dispõe de documentação em suporte papel que cresce e se acumula diariamente, sobretudo por se tratar de registros administrativos que, futuramente, também se constituirão em patrimônio histórico do bairro. Embora a instituição mantenha autonomia sobre seu arquivo comunitário, entende-se que a Arquivologia pode contribuir de maneira significativa com orientações técnicas voltadas à organização, preservação, acesso e uso desses documentos, nos quais está registrada tanto a história da própria associação quanto as trajetórias de seus associados e da comunidade local.

Nesse sentido, o conceito de comunidade precisa ser compreendido em consonância com a realidade da ACAM. Como explicam Flinn, Stevens e Shepherd (2009, p. 73) “Uma comunidade é qualquer tipo de grupo de pessoas que se juntam e se apresentam como tal, e seu Arquivo Comunitário sendo o produto de suas atividades de documentar sua história.” Ao aplicar essa definição ao caso de Muçumagro, observa-se que a documentação produzida pela ACAM é resultado direto da mobilização social de seus moradores e, portanto, configura-se como acervo comunitário.

Assim, os conceitos da literatura arquivística encontram ressonância na prática local, ao mesmo tempo em que fundamentam a análise sobre a importância do arquivo da associação como instrumento de memória e inclusão.

Uma das contribuições dessa pesquisa, citada acima, é a sistematização a partir da literatura analisada, de quatro temáticas em torno dos arquivos comunitários:

1) os arquivos comunitários contam com o apoio ativo da comunidade e a participação ativa de uma comunidade auto-definida; 2) são lugares (físicos ou não) que validam ou dão acesso à memória comunitária e às histórias, que podem ser criadas a partir delas; 3) contêm não apenas arquivos como tradicionalmente entendidos, mas também uma variedade de itens que tradicionalmente não foram considerados arquivísticos; 4) operam sem financiamento e/ou controle direto do governo, como coleções de materiais criados, mantidos e gerenciados principalmente dentro das comunidades e fora do setor formal do patrimônio (Welland; Cossham, 2019, p. 617, tradução nossa).

A ACAM é uma instituição sem fins lucrativos, como consta em seu Estatuto Social, e depende da fidelidade dos associados adimplentes, de doações e de recursos oriundos de projetos, quando consegue atender aos requisitos exigidos em editais. Segundo Poole (2020), “muitas vezes carecem de recursos financeiros estáveis”. Essa condição aproxima a realidade da ACAM do que a literatura especializada descreve sobre arquivos comunitários em geral.

De modo geral, as associações comunitárias não têm visibilidade perante o poder público e seus arquivos comunitários acabam sujeitos a não transmitir informações precisas em tempo hábil, em parte pela ausência de um olhar crítico da Arquivologia sobre essas instituições. Tradicionalmente, a Arquivologia define os arquivos como o conjunto de

documentos produzidos e acumulados por uma instituição, pública ou privada, no decorrer de suas atividades, e trata-os a partir de princípios como organicidade, unicidade e cumulatividade. Nesse sentido, o foco da área sempre esteve voltado para os arquivos oficiais, entendidos como instrumentos de prova, gestão e memória administrativa.

No entanto, essa perspectiva precisa ser ampliada. É necessário reconhecer que instituições do terceiro setor, como associações comunitárias, também produzem e acumulam documentação relevante, que merece tratamento técnico, gestão e preservação. Ao incluir os arquivos comunitários nesse campo de reflexão e prática, a Arquivologia expande seus horizontes e fortalece sua função social, contribuindo para que diferentes grupos e coletividades tenham suas histórias representadas e preservadas. Os arquivos comunitários possuem um potencial transformador porque não se limitam a guardar documentos, mas funcionam como espaços de representação, memória e resistência para grupos historicamente marginalizados. Neles, a preservação documental torna-se também uma estratégia de sobrevivência social e cultural, permitindo que comunidades afirmem suas identidades e construam narrativas próprias. Nesse sentido, Reina Gossett (apud CASWELL, 2016) destaca o potencial afetivo e político desses arquivos ao apontar que eles são espaços nos quais membros de comunidades marginalizadas podem não apenas se reconhecer, mas também aprender com suas próprias histórias e experiências coletivas.

Como indica a autora, a conexão com o passado pode ser uma estratégia de sobrevivência que permite às pessoas combater sentimentos de apagamento e isolamento. Arquivos comunitários geram impactos sociais ao fazer com que as famílias se sintam refletidas na história e pertencentes à sociedade. Nesse sentido:

[...]em contraste com os repositórios convencionais, os arquivos comunitários os ajudaram a ver suas famílias refletidas na história e, como resultado, eles sentiram uma sensação de inclusão ou pertencimento social. Vários falaram sobre a importância de descobrir familiares, vizinhos e amigos em materiais de arquivos comunitários e as maneiras pelas quais esse tipo de descoberta íntima ajuda a forjar um senso de comunidade” (Caswell et al., 2016, p. 25).

A Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM) reúne diferentes equipamentos sociais, como biblioteca comunitária, rádio difusora, laboratório de informática, horta comunitária, salão de eventos, cozinha, além de estrutura de acessibilidade. Entretanto, é importante destacar que esses espaços, embora complementares, não se confunde com o arquivo comunitário, que constitui o foco deste trabalho. Na Arquivologia, os arquivos são definidos como “o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas, privadas ou por pessoas físicas, em decorrência de suas atividades” (Bellotto, 2006, p. 19). Já

a biblioteca comunitária, a rádio e os demais equipamentos cumprem papéis distintos, voltados à difusão cultural, ao acesso à informação ou à sociabilidade comunitária.

Assim, a análise que se desenvolve nesta pesquisa concentra-se no arquivo comunitário da ACAM, compreendido enquanto espaço de produção, guarda e uso de documentos que expressam a memória institucional e a história do bairro. Essa diferenciação conceitual é fundamental para sustentar os objetivos do estudo, que envolvem compreender a formação do acervo, sua organização e seu potencial de uso pela comunidade.

#### **4 METODOLOGIA**

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, orientada para a compreensão das práticas documentais, da formação do acervo e da relação entre documentos e atividades institucionais da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM). A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se porque o objetivo central não é quantificar fenômenos, mas compreender processos, sentidos e práticas sociais vinculadas à produção, ao uso e à preservação dos documentos, aspectos que demandam investigação interpretativa e imersão no campo (Minayo, 2012).

A pesquisa combina duas frentes complementares: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica constituiu o referencial teórico, orientando o enquadramento conceitual em torno de arquivos comunitários, gestão documental, vulnerabilidade social e inclusão. Foram consultadas obras e artigos de autores como Flinn (2007), Caswell et al. (2016; 2017) e Poole (2020), que discutem o papel dos arquivos comunitários como espaços de memória, resistência e inclusão, além de Bernardes e Delatorres (2008), que tratam da gestão documental como prática essencial para a organização e preservação. Essa etapa permitiu: (a) definir princípios arquivísticos aplicáveis, como organicidade e proveniência (Bellotto, 2006); (b) subsidiar critérios de identificação e avaliação documental (Paes, 2004); e (c) orientar os instrumentos de levantamento e análise aplicados no campo.

A pesquisa de campo ocorreu no espaço da própria ACAM e foi escolhida por possibilitar contato direto com a realidade institucional e documental. Tal escolha permitiu compreender a formação do acervo, a dinâmica de tramitação documental e as práticas de gestão utilizadas. Os procedimentos metodológicos envolveram: (i) observação direta das rotinas administrativas e do manuseio documental (Marconi; Lakatos, 2017); (ii) análise documental, com levantamento preliminar de tipologias, identificação de suportes, datas,

proveniência e estado de conservação; e (iii) participação voluntária nas atividades da associação, o que possibilitou vivenciar sua realidade organizacional e compreender a relação entre documentos e atividades desenvolvidas.

O trabalho de campo resultou na identificação das produções documentais administrativas e históricas, bem como na constatação de desafios relacionados à preservação e ao acesso, especialmente diante da ausência de repositório seguro para documentos digitais. A partir do presente trabalho, foi possível propor um arranjo arquivístico inicial, fundamentado nos princípios da Arquivologia, a fim de alinhar a prática observada às discussões contemporâneas sobre arquivos comunitários (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017; Flinn, 2007; Poole, 2020).

Dessa forma, a metodologia aplicada fundamenta-se em uma perspectiva exploratória e empírica, cuja finalidade é compreender o acervo da ACAM como produto de práticas sociais e administrativas, identificando suas necessidades técnicas e propondo caminhos para sua organização e preservação.

## **5 ANÁLISE DO ARQUIVO DA ACAM**

O diretor-presidente da ACAM convidou a pesquisadora para realizar uma análise sobre os documentos da instituição. A análise inicial identificou que a documentação encontrava-se sem descrição e bastante misturada. Como a gestão da instituição é realizada por voluntários, as pessoas responsáveis pelo manuseio dos documentos não possuem conhecimento técnico e científico para organizá-los de forma que possibilite acesso rápido e eficiente às informações necessárias ao andamento das atividades. Observou-se, ainda, que, embora a associação disponha de laboratório de informática, não foi desenvolvida uma plataforma segura para a digitalização dos documentos existentes. Além disso, com o avanço das tecnologias de informação, alguns documentos já são produzidos em formato digital (nato digitais), mas não há repositório estruturado para seu armazenamento seguro.

Atualmente, alguns documentos da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM) estão armazenados em pasta digital, com acesso restrito por login e senha. No entanto, essa prática é limitada, pois apenas uma parcela reduzida da documentação é incorporada ao ambiente digital.

Buscou-se, inicialmente, compreender a formação e o papel da ACAM. A ACAM, fundada em 1987, era registrada como uma entidade privada focada na seguridade social. Com o crescimento do bairro e a expansão das atividades da associação, foi necessária a



atualização. Em 2024, após assembleias extraordinárias, alterou suas atividades para incluir defesa de direitos sociais, cultura, arte, produção cinematográfica, rádio, ensino de dança, música, idiomas, educação profissional, psicologia, fisioterapia, biblioteca e arquivo.

Isso se alinha, a priori, aos pressupostos da Arquivologia, quando, diante do estudo das estruturas e história da ACAM, deve-se atentar para mudanças nas funções e reflexos nos documentos. Atrelado a isso, relaciona-se aos Arquivos Comunitários, por esta ligados a causas sociais, por envolver temas locais e lutas, autonomia, entre outras interações, que visam à preservação e acesso às memórias para fortalecer a identidade e a organização comunitária.

A ACAM é um espaço político que fomenta a busca por direitos e fortalecendo, em certa medida, as questões democráticas. Surgiu em resposta ao crescimento do bairro e suas mudanças sociais, representando um esforço coletivo da comunidade para atender às necessidades locais.

Destaca-se que durante o desenvolvimento o bairro passou por variações em seu nome. Com o crescimento urbano e a especulação imobiliária impulsionando a infraestrutura local, o bairro começou a enfrentar sérias carências em serviços públicos e desafios, além da necessidade de voz junto ao poder público para tratar dos problemas locais (Oliveira, 2021).

Ao avançar para o reconhecimento da produção de documentos da ACAM, pode-se afirmar, a partir da observação, análise de documentos e pesquisa de campo, uma ligação com o próprio ato fundador e a natureza dessa entidade: o Bairro de Muçumagro. Os problemas sociais, como direitos essenciais, infraestrutura inadequada, educação e treinamento, segurança alimentar, conflitos fundiários, desemprego e degradação ambiental, bem como o apoio governamental, irão se refletir no arquivo.

Para compreender a produção documental da Associação foi iniciado o processo de separação e análise dos documentos. Essa análise possibilitou identificar as ações relacionadas a estrutura da entidade, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Alguns Setores da ACAM e produções documentais**

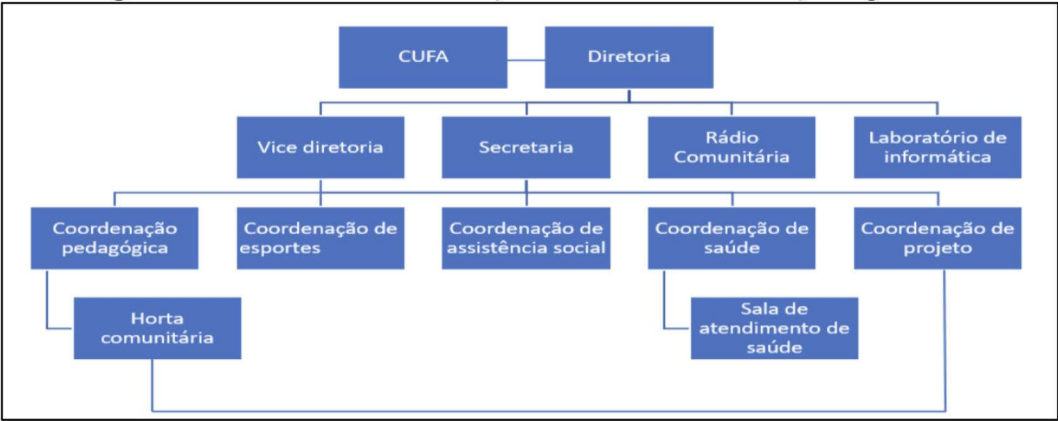
<b>Setor</b>	<b>Produções documentais</b>
Diretoria	Cartas de reconhecimento, Estatuto Social, Editais, Mapas.
Central Única das Favelas	Listas (Taça das Favelas, Alô Social, Cartão Alimentação, Cestas Básicas)
Secretaria	Ofícios, Requerimentos, Abaixo-assinados, Declarações, Livro de protocolo de entrega e recebimento, Certidões (Óbito, Negativas de débitos municipais, Débitos trabalhistas, Negativas de créditos tributários federais, Registro simplificada), Fichas (Associados, Perfil socioeconômico do associado, Inscrição de alunos), Planilhas impressas

	para controle de pagamento dos associados, Contratos (Locação do espaço, Assessorias em projetos, Voluntários), Autorizações (Uso de solo, Saída de materiais, Funcionamento da rádio, Uso de imagem), outros documentos (Relação dos pescadores, Cronograma de atividades, Termos de empréstimos).
<b>Coordenações</b>	
Educação	Cursos (Apoio pedagógico, ENEM, Empreendedorismo, Comunicação e Oratória, Informática básica, Incentivo à leitura), Listas de inscritos e presença nos cursos.
Esporte e Cultura	Fichas de inscritos (Capoeira, Jiu-Jitsu, Dança, Funcional).
Saúde	Lista de pacientes (Fisioterapia, Psicologia, Psicopedagogia).
Assistência Social	Listas de beneficiários (Programa de Aquisição de Alimentos Municipal, Programa de Aquisição de Alimentos Estadual, Programa Mesa Brasil).

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

Durante o avanço da pesquisa e levantamento, observa-se que as espécies e tipologias ainda não foram definidas. A aproximação arquivística, com a colaboração dos membros da Associação, tem possibilitado uma compreensão gradual das produções documentais, como apresentado no Quadro 1, destacando inicialmente setores como a Central Única das Favelas, Diretoria, Secretaria e Coordenações, e suas respectivas atividades. Com este estudo, ainda em andamento, elaborou-se estrutura organizacional da ACAM, como evidenciado na Imagem 1, para delimitar uma crítica dos documentos, definindo, assim, as ações relacionadas às funções dos setores.

**Imagem 1 -** Estrutura da Associação Comunitária de Muçumagro



**Fonte:** Elaboração própria (2024).

Além dos documentos formais, também se observou uma produção de documentos de mobilização comunitária ligados ao bairro, especialmente em formato digital, incluindo a criação de cartazes e panfletos digitais para divulgação de eventos, campanhas sociais e informações relevantes para os moradores. Além disso, destacam-se os registros audiovisuais



produzidos pela rádio comunitária associada, relacionada à associação, com o objetivo de disseminação informações sobre a comunidade.

A preocupação de organizar os documentos da ACAM parte da necessidade de cada vez mais surgirem atividades, cursos e projetos onde crianças, jovens, adultos e idosos em situações de risco e alta vulnerabilidade serão inseridos como forma de capacitação, reabilitação, cultura e lazer. Delmas (2010) afirma: Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos.

Notoriamente, pelo histórico do crescimento populacional do bairro de Muçumagro e com a especulação imobiliária, a Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro, que foi fundada desde 1987, conforme registro no primeiro livro ata da instituição, tem uma importante função social para toda comunidade.

Logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, os resultados de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e, até mesmo, de suas vidas particulares. (Paes, 2004, p.15-16).

Desde as primeiras reuniões, os moradores de Muçumagro registram suas lutas que foram travadas pelo acesso a água encanada, a energia elétrica, pavimentação das ruas, regularização fundiária, nome das ruas e avenidas, entre outras. Até então a forma de se organizarem e documentarem-se era através do seu estatuto social e registrando pautas no livro ata. Dessas reuniões extraíam-se encaminhamentos, os quais as lideranças apresentavam, e até os dias atuais, é assim, às autoridades e órgãos competentes a cada demanda.

Um outro instrumento de grande valia era o abaixo-assinado. Este documento emergia com grande influência sobre os políticos.

Para Flinn (2015), os arquivos comunitários caracterizam-se como espaços que documentam uma comunidade e um órgão de herança cultural independente das instituições tradicionais.

O arquivo comunitário da ACAM, conforme observado, tem como atividade básica documentar, registrar e envolver a população para participação, controle e apropriação do patrimônio cultural. Nesse sentido, Flinn (2007) afirma:

Histórias comunitárias ou arquivos são atividades básicas de documentação, registros e exploração do patrimônio comunitário, nas quais a participação, o controle e a apropriação da comunidade do projeto são essenciais. Esta atividade pode ou não acontecer em associações com organizações patrimoniais formais, mas o ímpeto e a direção devem vir da própria comunidade (Flinn, 2007, p. 151-176).

É na rádio comunitária que a população ganha voz e reivindica seus direitos, onde, também, se discute temáticas pertinentes às carências do lugar onde moram como, por exemplo, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, segurança e inclusão. Jenkins (2008) faz uma abordagem sobre cultura da convergência baseado em três fenômenos distintos interligados entre si: o uso complementar de diferentes mídias, a produção cultural participativa e a inteligência coletiva. O papel da rádio comunitária na ACAM é exatamente o que afirma Jenkins (2009, p. 31)

Nenhum de nós pode saber tudo: cada um de nós sabe alguma coisa; podemos juntar as peças, se associarmos nossos recursos e unirmos nossas habilidades. A inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder midiático. Estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. Neste momento, estamos usando este poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve aplicaremos essas habilidades a propósitos mais sérios.

Contudo falar sobre uma ferramenta tão importante como a rádio comunitária da ACAM também é se preocupar com sua documentação bem arquivada e conservada para que, quando necessário, o acesso a informações do passado seja resgatado em tempo hábil. Na avaliação das tipologias no arquivo da ACAM encontrei poucos registros das ações da rádio, quando é uma ferramenta de uso diário na associação.

O ato de documentar-se e se organizar perante uma comunidade vulnerável e fragilizada por preconceitos, fez da ACAM uma instituição forte e de alta representatividade em Muçumagro.

Em 2023, a Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro, foi classificada para o Prêmio Periferia Viva do Ministério de Estado das Cidades sob Portaria MCID nº 1.385, de 27 de outubro de 2023, porém não recebeu o prêmio devido ter ficado na posição 124 com nota 8.63. O Prêmio Periferia Viva foi designado para as 54 primeiras iniciativas que se enquadrassem nos requisitos do edital sob processo de nº 80000.002662/2023-58 do Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Periferia, em conformidade com a Portaria MCID nº 810, de 28 de junho de 2023 e com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público o Edital de Seleção Pública MCID nº1, de 19 de julho de 2023- Prêmio Periferia Viva, na modalidade concurso. Aproximadamente 1000 instituições concorreram e a

publicação da Portaria MCID nº 1.385, de 27 de outubro de 2023 ocorreu em 30 de outubro de 2023 no Diário Oficial da União em Brasília, DF.

A classificação no concurso acima descrita foi uma das tentativas de adquirir recursos para a instituição, porém não foi possível, entretanto, a ACAM incessantemente inscreve-se em editais e busca sempre estratégias de parcerias, como a CUFA, por exemplo, para conseguir recursos e projetos que serão ferramentas para o combate as vulnerabilidades, e, com isso, promover inclusão social à toda população.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O arquivo comunitário da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM) possui documentos de grande relevância para o registro do desenvolvimento do bairro e da própria instituição. Antes dispersa e sem ordenação, a documentação passou a contar com uma proposta inicial de organização após uma atuação voluntária, aplicando conhecimentos arquivísticos adquiridos durante sua formação, sem retirar a autonomia da comunidade na produção e no uso de seus registros. Essa intervenção possibilitou que os documentos ficassem mais acessíveis, tanto para a gestão administrativa quanto para a preservação histórica da instituição e do bairro.

Como se trata de um arquivo comunitário, a experiência também remete a reflexões sobre a formação do arquivista e a importância de um cuidado ético com o outro, em consonância com os estudos críticos em Arquivologia (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017; Flinn, 2007).

A pesquisa bibliográfica possibilitou fundamentar a análise nos conceitos arquivísticos clássicos (Paes, 2004; Bellotto, 2006) e nos debates contemporâneos sobre arquivos comunitários e Arquivologia crítica (Flinn, 2007; Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017; Poole, 2020). Já a pesquisa de campo permitiu identificar 36 tipologias documentais, vinculadas principalmente às atividades-meio da associação, e propor um arranjo arquivístico preliminar. Essa sistematização inicial já se mostrou relevante para tornar os documentos mais acessíveis e utilizáveis tanto na dimensão administrativa quanto histórica.

Os resultados obtidos indicam que a organização inicial do acervo favorece tanto a gestão administrativa quanto a valorização da memória coletiva, destacando o papel do capital social e humano da comunidade na manutenção da associação Mais do que uma fonte

histórica, o arquivo constitui um espaço de construção de cidadania, pertencimento e inclusão, confirmando o potencial transformador dos arquivos comunitários apontado pela literatura.

Por fim podemos concluir que, organizar o arquivo comunitário da ACAM é, ao mesmo tempo, preservar a memória do bairro de Muçumagro e reconhecer a força de uma comunidade que se mobiliza em torno do bem comum, da autonomia e do pertencimento. Dar visibilidade a esse acervo é valorizar a história local e reafirmar o papel dos arquivos comunitários como espaços de memória, cidadania e inclusão social.

## REFERENCIAS

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNARDES, Iraci del Nero da Costa; DELATORRES, Lídia Maria Batista. **Gestão documental aplicada**. Brasília: ABARQ, 2008.

CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T.-Kay. Critical archival studies: an introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, 2017.

CASWELL, Michelle; CUMMINGS, Samip Indra; WILLIAMSON, Noah Geraci; RAMÍREZ, Marika Cifor. To be able to imagine otherwise: community archives and the importance of representation. **Archives and Records**, v. 38, n. 1, p. 5–26, 2016.

CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO. **Registro de Estatuto Social da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro**. João Pessoa, 07 ago. 1987. Livro A-03, n. 49961; Livro B-111, n. 60021.

CARTÓRIO TOSCANO DE BRITO. **Registro de alterações estatutárias da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro**. João Pessoa, 23 abr. 2024. Livro A-1227, n. 831463–831465.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/00379810701611936>.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, p. 71–86, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.

MAIOR, Mônica Maria Souto; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. ***Vulnerabilidade socioeconômica: um estudo transversal para o município de João Pessoa – PB***. Revista Principia, João Pessoa, v. 18, n. 34, p. 27-46, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/159>. Acesso em: 8 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POOLE, Alex H. The information work of community archives: a systematic literature review. **Journal of Documentation**, v. 76, n. 3, p. 657–687, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-07-2019-0137>.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro**, CNPJ nº 12.720.934/0001-87. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal>. Acesso em: 22 set. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO (Brasil). **TRT-13 em movimento leva prestação de serviços e discussões sobre cidadania para Mucumagro e Paratibe em JP**. João Pessoa, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br>. Acesso em: 8 out. 2025.